



moção A

UMA RESPOSTA DE ESQUERDA

Por um BLOCO que responda já
aos problemas das pessoas.

UMA RESPOSTA DE ESQUERDA

Por um BLOCO que responda já aos problemas das pessoas.

1.- O PORQUÊ DESTA MOÇÃO

O Bloco de Esquerda fez a grande diferença no debate político do país durante uma década. Nasceu de forma exemplar. Proporcionou a convergência na acção política de uma parte muito significativa da esquerda que não se identificava com o PC e com o PS. Cresceu muito para além disso. Trouxe inovação e profundidade ao debate. Contribuiu para o desenvolvimento de novas formas de intervenção social, cultural e política. Surpreendeu nos movimentos sociais com uma nova cultura de participação. Afirmou lideranças naturais que ganharam merecida notoriedade. Chegou aos dezasseis deputados no parlamento.

E depois, perante a maior ofensiva contra o mundo do trabalho e a vida das pessoas, quando mais necessário se afigurava o seu projecto político, foi perdendo a confiança do país real e mostrando incapacidade para lidar com as dificuldades. Emergiram as tensões. Acantonaram-se fidelidades. Regressaram velhas paranoias ideológicas. Entrou-se num ciclo vicioso de perdas sobre perdas, com os principais protagonistas muito mais preocupados com os aspectos mais estéreis e pessoais do debate político do que com a efectiva resolução dos problemas.

Na preparação da próxima Convenção é possível esmiuçar cada opinião sobre cada erro tático ou estratégico. Sobre cada momento em que se decidiu mal ou tarde. Sobre como se tomaram as decisões e o que a forma utilizada possa representar na afirmação de um ou de outro modelo de cultura partidária. Tudo isso pode e deve ser debatido. Tudo isso, a par de alterações nas estruturas organizativas que ampliem a capacidade de intervenção e o enraizamento local e sectorial do Bloco, é fundamental. Dessa discussão devem sair formulações claras dos princípios políticos, das orientações estratégicas e das práticas democráticas internas.

Mas não nos iludamos. Isso não é o essencial na próxima Convenção pois, mais importante que

analisar o passado, é preparar o futuro e, por muito bem que façamos esses debates, se não dermos sinais claros de mudança profunda e não apresentarmos respostas imediatas que possam contribuir de forma inequívoca, já (agora, não daqui a uma década!), para a inversão do momento político que vivemos, o processo de perda de confiança no Bloco continuará e essa discussão terá sido inútil.

Fomos fazendo a leitura dos projectos de moção que foram sendo apresentados nos últimos meses e, mesmo depois de todas as reuniões havidas e das preocupações transmitidas, tudo nos leva a concluir que todas elas se resignaram já à obtenção de um mau resultado nas próximas legislativas.

Não nos conformamos com esta resignação pois entendemos que o Bloco tem ainda condições objectivas para procurar, sem nenhuma espécie de sectarismo e com o propósito de contribuir para uma plataforma eleitoral que se apresente às eleições de 2015, um ampla convergência à Esquerda do PS que inclua todos os que a queiram.

Por isso, não nos revendo nas outras moções, pensamos que a próxima Convenção tem que ter a coragem de discutir e produzir uma proposta clara e exequível de governação para o país. Sem nos pormos em bicos de pés. Mas sem nos excluirmos com apriorismos inteligentes e evasivos para ficarmos de fora na responsabilidade de responder aos problemas imediatos das pessoas.

O Bloco tem que declarar condições mínimas para apoiar ou participar num projecto de governação, mostrando maior preocupação com a vida real das pessoas do que com a afirmação do seu acantonamento partidário.

Daí a razão de ser da apresentação desta moção.

2.- A EUROPA E O EURO

As últimas eleições para o Parlamento Europeu trouxeram uma nova realidade: a ascensão da extrema-direita e dos seus ideais de xenofobia e exclusão social. Grande parte da esquerda não soube interpretar nem dar expressão política consequente ao descontentamento dos cidadãos europeus em relação à austeridade que foi imposta em grande parte da Europa, nomeadamente nos países do

Sul. Se é certo que na Grécia o Syriza soube catalisar a resistência do povo grego aos ditames da finança europeia e, em Espanha, o Podemos conseguiu congrega todos os cidadãos que não aceita a ditadura do eixo Alemanha-França e não se revê no sistema político-partidário existente, já o mesmo não aconteceu em Portugal, onde os partidos europeístas subservientes que assinaram o memorando da Troika continuaram a dominar de forma esmagadora os resultados eleitorais.

Neste período tão difícil para a vida das pessoas, o Bloco de Esquerda não correspondeu aos seus anseios. As históricas manifestações organizadas pelos movimentos sociais que se opuseram à política de austeridade foram evocadas frequentemente, mas temos que concluir que não foram compreendidas. Porque, perante um momento decisivo, em vez de juntar forças e encontrar plataformas de entendimento político para apresentar aos cidadãos uma alternativa eleitoral forte nas eleições europeias, o Bloco ficou centrado na minimização dos estragos provocados por sucessivas erosões internas, agigantados pela forma como ao longo dos últimos anos lidou com as diferenças de opinião sobre os caminhos a seguir.

Assim, embora o Bloco de Esquerda, na sua campanha eleitoral, tenha sabido trazer ao debate os problemas com que a Europa se depara, nomeadamente a ditadura da Finança Europeia e as desigualdades entre o Norte e o Sul, cada vez mais acentuadas por força da política de austeridade, e a quase totalidade dos outros partidos se tenham alheado completamente dos assuntos europeus fundamentais, o resultado foi medíocre, por força do desencanto com que os portugueses passaram a encarar o Bloco.

Aqui, como em muitas outras situações, não se trata de um problema de proposta política. O Bloco não pode deixar de continuar a sua luta contra a ditadura desta Europa Financeira que pretende desumanizar ainda mais as sociedades europeias, abandonando ou reduzindo as responsabilidades sociais dos estados e utilizando cruéis políticas de austeridade para acentuar a concentração de riqueza e responder à crise do seu próprio sistema com um eterno esmagar dos socialmente mais fragilizados.

Esta luta à escala europeia é fundamental. Mas a resposta interna aos problemas imediatos dos cidadãos impõe uma agenda de acção política própria. Por isso, parece-nos que, neste momento, centrar o debate na discussão sobre o Euro e sobre a permanência ou a saída do sistema monetário a ele associado pode transformar-se numa panaceia perigosa. Claro que os prós e os contras dessas possíveis decisões, ou

desenlaces involuntários, têm de ser suficientemente medidos, analisados e ponderados. Mas há uma emergência social que necessita de respostas imediatas e que exige do Bloco adequação estratégica a nível interno para dar uma resposta de esquerda que trave e inverta as dificuldades extremas que as pessoas estão a viver.

O nosso e os outros países mais afectados pelos caminhos impostos por esta Europa dos mais ricos e poderosos, devem unir-se na desobediência às imposições que impedem políticas nacionais de garantia aos seus cidadãos dos direitos à saúde, à educação, à habitação, à justiça e ao trabalho com dignidade. E porque é verdade que a questão do Euro, nas actuais circunstâncias, se entrelaça com o debate sobre o Tratado Orçamental e a dívida soberana, importa alargar a consciência e a capacidade de resposta política e social na escala interna e europeia a esses instrumentos de imposição da lei do mais forte. Teremos que assumir sempre, como último reduto perante estas situações, o princípio de que as imposições iníquas a resposta tem de ser a desobediência.

Também o Tratado Transatlântico deve estar no horizonte desta discussão. Este acordo de comércio livre ameaça diminuir a soberania dos países menos desenvolvidos, que poderão ficar à mercê da vontade das multinacionais, numa lógica de lucro a todo o preço.

O Euro, a dívida pública, o Tratado Orçamental e o Tratado Transatlântico devem ser discutidos mas o mais importante é responder internamente às dificuldades extremas que os cidadãos estão a viver. É, a partir do resultado dessa resposta que esses temas devem ser encarados e não o contrário.

2. PORTUGAL

2.1 - O QUE QUEREMOS DO BLOCO

Portugal vive uma das maiores crises económicas e sociais da sua história e torna-se necessário encontrar soluções urgentes que deem resposta às maiores dificuldades e inquietações das pessoas. Não nos parece sensato, esperar que os movimentos sociais criem uma vaga de fundo que estabeleça um novo equilíbrio de forças para as legislativas de 2019. Embora isso seja desejável e devamos contribuir sem vícios de controlo para que aconteça.

Mas é principalmente como partido/movimento credível e confiável, com um projecto político de

esquerda, que temos que contribuir para a mudança. O Bloco de Esquerda nasceu e cresceu proporcionando a esperança em muitos portugueses de que era possível fazer uma política diferente. Uma política que pensava nas pessoas e que superava o lado mais mesquinho das divergências partidárias e ideológicas. Muitas das vitórias obtidas nas causas fracturantes, que impulsionaram decisivamente um período de credibilidade e crescimento do Bloco, só foram possíveis devido à união efectiva para a resolução desses desafios que existiu em inúmeros sectores da esquerda.

Já os últimos resultados eleitorais reflectem a mudança, que tem vindo a ampliar-se cada vez mais, na avaliação global dos cidadãos à utilidade do Bloco de Esquerda na resolução dos problemas que mais os afectam. O partido diferente, da esperança, passou a ser visto como apenas mais um partido. Que nada parece querer para além da sua própria sobrevivência. Que, mesmo nos momentos em que isso se mostra indispensável, não está disponível para estabelecer convergências para além do seu próprio espaço.

É tempo de decidir se queremos fazer renascer essa esperança e regenerar o Bloco de Esquerda para voltar a ser aquilo que esteve na sua génese: um partido aberto, apostado nas convergências com outros sectores da esquerda.

A actual crise económica e social exige um governo de esquerda que tome medidas para o restabelecimento do Estado Social e para devolver às pessoas aquilo que as políticas de austeridade dos últimos anos lhes levaram.

E o Bloco de Esquerda pode ser um elemento catalisador para a convergência que permita a criação desse governo de esquerda, voltando a ser um partido que traga esperança aos portugueses. Ou, pelo contrário, afirmar um reduzido espaço virado para dentro de si próprio a cumprir "ciclos de purificação".

NÓS OPTAMOS PELA PRIMEIRA ALTERNATIVA

2.2 – O CAMINHO PARA UMA RESPOSTA DE ESQUERDA

Não podemos dizer que queremos uma governação de esquerda e ao mesmo tempo criar todas as barreiras e artifícios para justificar a inviabilidade de acordos com outras forças partidárias, restringindo-nos ao protesto apenas para mantermos o nosso acantonamento partidário.

Quem está na política para resolver os problemas das pessoas tem de estar no local onde se tomam as decisões, por forma a poder influenciá-las e, se não evitar, pelo menos diminuir o seu impacto naquelas que possam pôr em causa direitos dos cidadãos ou agravar as suas condições de vida.

Sejamos realistas: um governo de esquerda não tem a mínima viabilidade sem uma convergência muito difícil de construir. É urgente, mas tem que ser construída passo a passo. Com vontade clara, desde o primeiro momento. Assumindo os riscos que ela também comporta. Aceitando cedências num equilíbrio digno para todas as partes. Focada em objectivos claros e responsabilidades inequívocas.

Numa primeira fase, devemos procurar essa convergência com todos os que, ao longo dos últimos anos, estiveram contra esta política de austeridade e que não foram cúmplices dos memorandos nem das diatribes da troika. Todos! A começar por aqueles que, por uma razão ou por outra, se afastaram do Bloco.

Nesta fase não incluímos o actual PS, por força de toda a sua envolvência no memorando da Troika e a sua cumplicidade com muitas das decisões que foram tomadas pelo Governo de Direita. Aliás, é possível dizer-se que fez mais o Tribunal Constitucional pela defesa dos direitos dos portugueses do que o maior partido da oposição.

Mas, porque temos consciência que em 2015, por muito bom trabalho de convergência que se faça à esquerda do PS, é absolutamente improvável que se obtenha uma maioria de esquerda sem o Partido Socialista, é irrealista não estar preparado para uma nova fase de convergência, ainda mais difícil do que a primeira, que obrigue o Partido Socialista a negociar uma solução governativa à esquerda.

O que propomos é um caminho difícil e exigente. Que construa um patamar de soluções governativas corajosas, que coloquem a vida das pessoas no centro da política. Para inverter este ciclo em que tudo é descartável excepto os grandes interesses financeiros. Só possível com muita vontade e determinação. E que, claramente, não se compadece com simplificações táticas de marketing político ou paranoias de afirmação ideológica.

O diálogo é parte essencial deste caminho para uma resposta de esquerda que deve colocar de lado as divergências e concentrar-se nas convergências que possam melhorar a vida dos portugueses

2.3 – AS MEDIDAS PARA UMA RESPOSTA DE ESQUERDA

Para isso, a Convenção tem que fazer este debate.

Temos de discutir, sem tibiezas, se o Bloco é ou não um partido que se preocupa com as pessoas ou se, pelo contrário, se preocupa apenas com o seu espaço. Se o Bloco é ou não um partido que está disponível para fazer parte de uma solução de governação ou se, pelo contrário, continuará a ser o partido do acantonamento e do protesto.

E desta Convenção deve resultar um conjunto de medidas que sirvam de base a essa negociação, um limite até ao qual o Bloco está disponível, no horizonte de uma legislatura, para participar numa solução que se mostra inadiável para este país tão depauperado.

As medidas elencadas são meramente indicativas e resultam da reflexão dos promotores e subscritores desta moção. Muitas outras poderão ser pensadas por outros aderentes mas o que interessa é, exactamente, a discussão sobre se temos ou não medidas para dar resposta aos problemas imediatos das pessoas.

Estado social:

1. SNS

- Manter a qualidade dos cuidados de saúde do SNS aumentando significativamente a sua acessibilidade, sobretudo para as populações em condição social mais desfavorecida ou mais dispersa territorialmente.
- Eliminar ou diminuir significativamente as taxas moderadoras em função de critérios de capitação do rendimento familiar e do afastamento territorial aos cuidados de saúde.
- Eliminar as taxas moderadoras nos tratamentos, exames complementares e consultas subsequentes marcados por iniciativa médica.
- Aproximação dos serviços de saúde às populações, sobretudo os de acompanhamento e que não implicam o recurso cirúrgico ou de internamento, através da deslocação das equipas médicas ao invés da deslocação ter que ser efectuada pelos pacientes.
- Aumento significativo da rede de cuidados continuados.
- Criação de uma rede pública de lares para idosos.

2. Escola Pública

- O encerramento de escolas do primeiro e segundo ciclo só poderá ser feito caso a caso com o acordo negociado com as populações independentemente do número de alunos.
- A rede de escolas, nomeadamente do ensino básico, deverá ter como critério fundamental a coesão territorial.
- As propinas do ensino superior não podem ser obstáculo ao seu acesso.
- O financiamento do Ensino Superior público e da investigação deve ter em conta as reais necessidades do sistema e a importância estratégica do sector.

3. Salários e trabalho

- Crescimento do salário mínimo para os 600€ até ao final da legislatura.
- Anulação dos cortes efetuados na função pública e nas empresas públicas.
- Limite de 35 horas de trabalho semanal.
- Revisão do código de trabalho reintroduzindo a o priorado da contratação colectiva e eliminando critérios subjectivos para o despedimento.
- Revisão dos critérios de atribuição do Rendimento social de inserção de modo a que nenhum trabalhador possa ficar privado de meios mínimos de subsistência uma vez acabado o subsidio de desemprego.

4. Segurança social

- Eliminação de todos os subsistemas de saúde e segurança social concentrando todos os serviços de protecção social na Segurança Social.
- Pensão única aos 65 anos não acumulável com outras remunerações provenientes do trabalho (a não ser que o conjunto perfaça um valor inferior a três salários mínimos) e calculada tendo por base toda a carreira contributiva.
- Diferenciação da taxa social única a pagar pelas empresas em função da sua própria natureza: mão-de-obra intensiva ou capital intensivo, penalizando estas últimas e, eventualmente, beneficiando as primeiras.

5. Serviços públicos

Organização dos serviços públicos em função da sua acessibilidade e coesão

territorial nomeadamente: serviços tributários, serviços judiciais, segurança social.

6. Economia

- Interromper o processo de privatização de todas as empresas públicas e encetar um caminho de renacionalização de muitas das que foram alienadas nos últimos anos e que administram bens que são de todos.
- Conceber um novo mandato para a banca pública que a redirecione para a economia real e que tenha uma estratégia de incentivo à reindustrialização do país e apoio à famílias.
- Alívio fiscal para as empresas que optem por localizações deprimidas socialmente e que utilizem mão-de-obra extensiva.
- Política fiscal que contenha o poder económico-financeiro da grande distribuição.
- Renegociação de todos os contratos das PPP's para taxas de rentabilidade aceitáveis sob pena da sua nacionalização.

7. Demografia e Coesão territorial

- A coesão territorial deve ser uma prioridade do próximo governo retomando o debate sobre a regionalização de modo a que o princípio constitucional da subsidiariedade possa ser o motor do desenvolvimento das regiões mais afastadas dos actuais centros de decisão e promova eficazmente uma relação de poder mais próximo dos cidadãos e das suas preocupações.
- Um país envelhecido e que promove a emigração dos mais jovens como única solução de esperança para as suas vidas é um país sem futuro. A aposta em políticas descentralizadas de incentivo à natalidade e que interrompam este ciclo emigratório é vital para a própria sobrevivência do país.

São medidas que se nos afiguram como exequíveis e que poderão ser o ponto de partida para a formação de uma convergência ou plataforma eleitoral para as próximas eleições de 2015.

Após a Convenção, o Bloco de Esquerda deverá convidar todas as forças partidárias e movimentos sociais que se identifiquem com os ideais de esquerda para essa negociação, sem excluir quem quer que seja

nem colocar condições que, à partida, inviabilizem o processo.

As medidas elencadas têm uma finalidade de curto prazo, são as necessárias para as pessoas sentirem, no imediato, que a esquerda, finalmente, se decidiu a esquecer as suas divergências e acantonamentos e está disposta a trilhar um caminho único que devolva a esperança aos cidadãos de que, afinal, é possível governar à esquerda nesta país.

Mas outras medidas, estas de médio e longo prazo, são também necessárias para que a resposta interna à crise tenha um carácter duradouro e não esteja condicionada pelos sucessos ou insucessos dos mercados financeiros.

Sempre o Bloco defendeu que era essencial uma reforma do Estado. Mas, quando foi preciso dizer presente para essa reforma, refugiou-se no silêncio, recusando-se a participar nesta discussão.

Todos sabemos o que os portugueses pensaram quando o Bloco se recusou a ir às reuniões com a Troika. Mas, tal como noutras matérias, não aprendemos com a lição. O que o Bloco deveria ter feito, tanto com a Troika como com o Governo, era apresentar-se à discussão com um plano próprio, com medidas que fossem mais justas para os cidadãos e dizer claramente que essas eram as medidas necessárias para a melhoria das condições de vida dos portugueses.

Não devemos fazer o mesmo erro. A Reforma do Estado é necessária para acabar com muitas das mordomias que nele existem e com os desperdícios de dinheiros públicos que encham os bolsos de muito poucos e fazem com que os recursos financeiros para os que mais necessitam seja cada vez menos.

Num contexto economia aberta o combate às desigualdades não pode esperar por um crescimento da economia que se antevê difícil e, muitas vezes, ecologicamente insustentável para encetar esse combate. A reforma do Estado é a solução que preconizamos para que, mesmo em contexto de crescimento anémico, se possam ter ganhos significativos no combate a todas as formas de desigualdade no espaço de uma legislatura.

Nessa reforma do Estado deve também discutir-se, de uma vez por todas, qual a posição do Bloco em relação à regionalização. Uma regionalização que se não preocupe com as clientelas políticas mas sim que estabeleça um regime pelo qual os problemas das populações devem passar a ser vistos numa perspectiva regional, acabando com o ditame dos

concelhos e dos distritos para a distribuição dos serviços públicos.

Após a Convenção, o Bloco deverá organizar um debate sobre reforma do Estado, as medidas que devem ser tomadas e até que ponto deverá a regionalização ser parte essencial dessa reforma.

Mas existe ainda uma outra área que tem de ter uma resposta adequada e urgente tendo em vista o desenvolvimento económico e a melhoria das condições sócio-económicas dos portugueses e que visa o sistema financeiro.

Neste campo, entendemos ser de capital importância alterar o paradigma da linha de actuação da Caixa Geral de Depósitos. Entendemos que não é necessário nacionalizar o sector bancário se o Banco do Estado der sinais positivos de que a sua administração deixará de ser efectuada como se de um banco privado se tratasse mas passará a ser um factor de desenvolvimento sócio-económico, com um plano de apoio à económica, que passará por prazos e taxas mais favoráveis do que no sector privado às pequenas e médias empresas, condições de acesso a financiamentos particulares menos rígidas, maior apoio aos mais desfavorecidos.

O Estado, por intermédio do seu agente bancário, tem de ter uma conduta que vise injectar dinheiro na economia, mesmo que à custa de menores taxas de rentabilidade.

3. O BLOCO DE ESQUERDA

O Bloco não pode apenas regenerar-se para o exterior, tem também de mudar em termos internos, para poder responder às exigências de democracia interna que há muito se vêm fazendo sentir.

O parlamentarismo e centralismo que passou a ser a pedra de toque da estrutura orgânica do Bloco, com a falta de diálogo com os aderentes, com as propostas de eliminação de concelhias e distritais e com cada vez maior influência dos funcionários, nomeadamente a nível regional, trouxe ainda mais desencanto para aqueles que entraram para o Bloco na esperança de que não era um partido igual aos outros.

Entre algumas medidas que entendemos serem necessárias a um aprofundamento dessa mesma democracia, destacamos as seguintes:

1. Os membros da Mesa Nacional não podem ter

qualquer tipo de dependência económica em relação aos órgãos do Bloco ou do Grupo Parlamentar.

A questão da confiança ou desconfiança em relação aos muitos funcionários e assessores que fazem parte da Mesa Nacional não tem que se colocar sequer. É fundamentalmente uma questão de transparência. É falsa a ideia que os funcionários do Partido ficarão, por esta via, com a sua capacidade política diminuída, uma vez que, pela sua própria dependência laboral, esta já se encontra potencialmente diminuída.

Aliás, convém dizer que, nos actuais estatutos, estes aderentes já têm os seus direitos diminuídos, pois já se prevê que a Mesa Nacional não pode ter mais de cinquenta por cento de membros que sejam deputados, funcionários ou assessores do Bloco de Esquerda. Ora, se não existisse um sentimento de incómodo em relação a esta matéria não existiria esta limitação

2. Os membros da Mesa Nacional que forem eleitos para a Comissão Política deixam de fazer parte da Mesa Nacional, podendo assistir e intervir mas sem direito a voto, e são substituídos por outros membros da lista pela qual foram eleitos.

Na verdade, o que acontece actualmente é que quem aprova as resoluções na Comissão Política acaba por as votar novamente na Mesa Nacional e isto inquina todas as votações. É um facto que algumas moções defendem que a eleição para a Comissão Política deve ser feita de forma proporcional à representatividade da Mesa Nacional. Mas isso não elimina a grande questão: É que quem vota na Comissão Política volta a votar na Mesa Nacional. Vota duas vezes o mesmo documentos

3. A Comissão Política deverá ser eleita pelo método de Hondt, assim se fazendo representar no órgão executivo todas as tendências da Mesa Nacional.

4. A escolha dos candidatos a deputados à Assembleia da República são da competência das Assembleias Distritais, cabendo à Mesa Nacional a sua ratificação. Caso o não faça, caberá à Assembleia Distrital designar outros candidatos. Só após essa segunda tentativa, caso também não mereça ratificação, poderá a Mesa Nacional avocar o processo e decidir à revelia das propostas das Assembleias Distritais.

5.- Tendencialmente, os órgãos do Bloco e as listas apresentadas, externa ou internamente, deverão reflectir a paridade de género, de profissões, de território e de todas as diferenciações que enriqueçam a representação efectiva e a capacidade de interpretar e agir sobre as diferentes realidades sócio-culturais.

PROponentes / Subscritores

Ana Maria Afonso Oliveira, 9469 – Monção
António Manuel Antas Moreira, 2959 – Viana do Castelo
Carlos Alberto Dias da Torre, 2331 – Caminha
Ernesto Valério Soares Figueiredo, 8957 - Braga
Francisco Ribeiro Vaz, 815 – Viana do Castelo
Guilhermino Fernandes da Silva - Braga
Inácio Pereira da Costa, 2611 – Viana do Castelo
Jorge Manuel Gomes Teixeira, 6913 – Viana do Castelo
José Luís Amorim da Silva, 814 – Viana do Castelo
José Luís Rodrigues da Silva, 813 – Viana do Castelo
Leonel António Gonçalves Ferraz, 2835 – Viana do Castelo
Luís Filipe de Oliveira Louro, 109 – Viana do Castelo
Manuel Sá Mota, 818 – Viana do Castelo
Maria da Agonia Carvalho Costa Pereira, 6912
Maria Hermínia da Silva Esteves, 811 – Viana do Castelo
Maria Ivone Pinto Viana, 10234 – Viana do Castelo
Rogério Manuel Amorim Barros, 7642 – Viana do Castelo
Rui Alexandre Monteiro da Costa, 3236 – Viana do Castelo
Rui Óscar Gonçalves Azevedo, Braga
Rui Rodrigues Marques, 2318 – Viana do Castelo
Sebastião José da Cunha Torres Correia, 1971- Matosinhos
Valentina Pinto Monteiro, 3237 – Viana do Castelo